

O HÁBITO NA PSICOLOGIA: ESTUDO COMPARATIVO ENTRE BEHAVIORISMO E GESTALTISMO

*Pedro Henrique Muniz de Araújo*¹

*Thomaz Andrade Magdinier*²

*Beatriz Sancovschi*³

RESUMO

Este artigo tomou como ponto de partida a crítica traçada por Gilles Deleuze à psicologia no que tange ao estudo do hábito. Segundo esse filósofo, a psicologia comete um equívoco ao restringir o hábito a apenas uma ação, estudando somente o comportamento observável, deixando assim de enxergar questões importantes. Todavia, através de uma releitura do gestaltismo, argumentamos que a crítica deleuziana aproxima-se, sobretudo, da abordagem behaviorista e não da psicologia em geral. A fim de que se possa ampliar as discussões que orbitam o tema do hábito na psicologia, foi realizado um estudo teórico comparativo entre o behaviorismo e o gestaltismo sobre o hábito, tendo em vista a crítica de Deleuze. Como perspectiva metodológica foi utilizada a revisão bibliográfica. A conclusão é que a teoria gestaltista abre a possibilidade de compreender o processo de habituação a partir de uma concepção dinâmica, dando lugar à questão da experiência e da repetição.

PALAVRAS CHAVE: *Psicologia, Hábito, Gestaltismo, Behaviorismo.*

¹ Mestre em Psicologia pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Residente em Saúde Mental pelo Instituto de Psiquiatria da UFRJ – Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: ph.muniz@hotmail.com. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-6645-7922>.

² Psicólogo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: magdinier.t@gmail.com. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-4017-8802>.

³ Doutora em Psicologia pela Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora Adjunta do Departamento de Psicologia Geral e Experimental do Instituto de Psicologia da UFRJ – Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: beatrizsancovschi@gmail.com. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-5399-5580>.

THE HABIT IN PSYCHOLOGY: A COMPARATIVE STUDY BETWEEN BEHAVIORISM AND GESTALTISM

ABSTRACT

This article has taken as starting point the criticism made by the philosopher Gilles Deleuze towards psychology, regarding habit as a study object. According to Deleuze, psychology makes a mistake when treating habit only as an action, focusing on observable behavior while leaving behind some other important questions. Through a re-reading of Gestaltism, our argument is that deleuzian criticism gets closer to a critique towards the behaviorist approach, rather than towards psychology in general. From the deleuzian criticism, this paper develops a theoretical study (grounded on the method of literature review) comparing how the notion of habit is presented on Behaviorism and Gestaltism. The conclusion is reached that the gestaltist theory allows us to see a different conception of the habituation process: a dynamic one, thus enabling the development of a path to thoughts on experience and repetition.

KEY-WORDS: *Psychology, Habit, Gestaltism, Behaviorism.*

INTRODUÇÃO

Em seu livro *Diferença e Repetição*, Deleuze (2006) afirma que a psicologia, em função de seu temor em relação à introspecção, fez da atividade seu fetiche, estudando apenas o que era observável. Essa postura acabou por repercutir sobre o estudo da aprendizagem através do estabelecimento do pressuposto de que é agindo que se adquirem os hábitos. No entanto, para Deleuze, faltou realizar um questionamento anterior: como adquirimos os hábitos? Agindo ou contemplando?⁴ A partir destas colocações, alguns psicólogos como A. Eirado (1998), A. Maciel e D. Melo (2006) ocuparam-se em aprofundar o entendimento do hábito por meio da recuperação de seu sentido filosófico.

Eirado (1998) enfatiza o quanto a recuperação do sentido filosófico do hábito possibilita ir além dos conceitos de condicionamento e de aprendizagem com os quais a psicologia, em sua versão hegemônica, concebeu o problema. Dessa forma, defende ser enriquecedor pensar o hábito como fundamento do subjetivo. Neste caso, o hábito seria anterior à constituição de um sujeito, ou seja, aquilo que funda a própria experiência. Na concepção hegemônica da psicologia não haveria espaço para conceber uma relação experiencial de habituação pré-subjetiva que seria antecedente à emergência do sujeito que experimenta o mundo, pois ela pensa o processo de habituação como orientado por ou processado em um sujeito já constituído. Ou seja, ao entender a formação de hábitos a partir da ideia de aprendizagem como condicionamento, deixa-se de entrever a emergência do subjetivo a partir desse plano pré-reflexivo em que o processo de habituação constitui um vetor fundamental para explicar o processo de subjetivação.

O trabalho de A. Maciel e D. Melo (2006) caminha em um sentido próximo da argumentação de Eirado (1998), porém, realizando uma crítica mais radical à psicologia. Esses autores subscrevem as afirmações de Deleuze, afirmando que a psicologia encerrou a questão do hábito num problema de ação e, dessa forma, transformou o hábito em uma simples aquisição de padrões de comportamento, sendo tais padrões entendidos como resultados de condicionamentos, ou seja, conexões regulares entre estímulos e respostas.

⁴ “Esta (a Psicologia) fez da atividade o seu fetiche. Seu furioso temor da introspecção fez com que ela observe apenas o que se mexe. Ela pergunta como, agindo, se adquire hábitos. Mas assim, todo o estado de learning corre o risco de ser falseado enquanto não se levanta a questão prévia: é agindo que se adquirem hábitos... ‘ou, ao contrário, contemplando’”. (DELEUZE, 2006, p.132)

Propondo uma ampliação do conceito de hábito, os autores sugerem superar essa concepção da psicologia, trazendo um questionamento de natureza ontológica e estética para o problema. Maciel e Melo realizam, dessa maneira, uma inversão na formulação. Não partem da existência de um suposto “eu” previamente concebido que contemplaria o mundo e que, portanto, sofreria as ações desse mundo sobre si o que, por sua vez, daria origem ao hábito. Eles questionam se o próprio “eu” já não é, ele mesmo, fruto de uma contemplação. Neste sentido, o subjetivo seria efeito do processo de habituação onde a repetição de um evento não se constitui como a mera reiteração do mesmo, mas sim, que nisto que denominamos como repetição (que está presente nos processos de habituação) há uma diferença emergente. Logo:

[...] a subjetividade originária que resulta da repetição dos casos semelhantes emerge como diferença a partir da contração/fusão dos elementos ou casos repetidos. O hábito, na inflexão deleuziana, se formaria nessa instância contemplativa, coincidindo, portanto, com a emergência do subjetivo. (MACIEL; MELO, 2006, p. 71)

Desta forma, desenvolvendo a formulação de Deleuze (2006), Eirado (1998) e Maciel e Melo (2006) o hábito é concebido antes como uma experiência do que como uma simples ação. Este implicaria em uma repetição que, em função desta dimensão experiencial, é de direito uma repetição diferenciada. Assim, ao invés de conceber o hábito como uma ação que envolve uma adaptação de um sujeito pré-dado a um mundo exterior já existente, o hábito – a repetição – implicaria em uma abertura que poderia possibilitar a anexação de um fora, abrindo caminho dessa forma para a invenção de si e do mundo. Neste sentido, o hábito adquire um caráter de vetor de subjetivação.

Embora a discussão trazida por Eirado (1998) e Maciel e Melo (2006) a respeito do hábito enquanto processo de subjetivação seja de extrema relevância, neste momento interessa-nos voltar à psicologia. Suspeitamos que tanto Deleuze quanto Eirado e Maciel e Melo, ao reduzirem a compreensão do hábito na psicologia à mera aquisição de padrões condicionados de comportamentos, acabaram por negligenciar uma complexidade que envolve outras abordagens psicológicas, como por exemplo, o caso da abordagem gestaltista que alguns comentadores contemporâneos nos permitem explorar (ARNHEIM, 1986; FERRAZ; KASTRUP, 2010). Neste sentido, nosso objetivo neste texto é realizar uma comparação entre a concepção behaviorista e a gestaltista a respeito do hábito. Pretendemos assim demonstrar como a crítica deleuziana subscrita por Eirado

e Maciel e Melo é pertinente no contexto da leitura behaviorista, mas insuficiente no contexto do gestaltismo. Destacamos que a discussão a respeito do hábito repercutirá sobre a aprendizagem na medida em que, no início do século XX, hábito e aprendizagem foram tratados de maneira aproximada e, algumas vezes, como sinônimos. O método utilizado para a elaboração desse artigo consiste na revisão bibliográfica. Em especial baseamo-nos, no estudo sobre o behaviorismo, no livro *Sobre o behaviorismo* (SKINNER, 1974). Em relação ao gestaltismo, estudamos alguns textos como *As duas faces do gestaltismo* (ARNHEIM, 1986), *A coexistência entre formas e forças* (FERRAZ; KASTRUP, 2010), e o capítulo *O eu e a ação* do livro *Psicologia da Forma* (GUILLAUME, 1966).

O HÁBITO NA TEORIA BEHAVIORISTA

O behaviorismo ou comportamentalismo é um dos principais sistemas psicológicos do século XX. Nasce em território norte-americano a partir da publicação de um manifesto, em 1913 por John Watson. Fortemente marcado pelo positivismo, defendia a psicologia como saber que deveria se inscrever no campo das ciências naturais, necessitando rever seu objeto e método e, assim, propõe substituir o estudo da experiência pelo estudo do comportamento. Seus principais representantes foram: Watson que, através de seu manifesto e pesquisas, lançou as bases para a constituição do behaviorismo metodológico e B. F. Skinner que leva às últimas consequências a proposta comportamentalista, defendendo a não importância de se pensar em termos de mente ou subjetividade, o que caracteriza um dos fundamentos do behaviorismo radical.

O hábito é um tema central para este sistema e se afirma em estreita conexão com o problema da aprendizagem, visto que o primeiro é tido como efeito do segundo e pensado a partir dos processos de condicionamento. No condicionamento, os organismos têm seus comportamentos moldados mediante as respostas que recebem, por suas ações, do ambiente. Este processo foi descrito por Watson a partir dos clássicos experimentos realizados por Pavlov com cães. O hábito, então, se formaria a partir de um processo que ficou conhecido como condicionamento respondente. Neste, um estímulo incondicionado que elicia determinada resposta também incondicionada é pareado a um estímulo neutro (que não determina o mesmo tipo de resposta no organismo). Após um certo número de

repetições e sob condições ambientais parecidas, o estímulo neutro passa a eliciar o mesmo tipo de resposta do estímulo que determinava tal comportamento (incondicionado). Este estímulo que anteriormente era neutro, passa a ser denominado de estímulo condicionado e diz que o organismo aprendeu a responder na presença desse estímulo da mesma forma como se estivesse em presença do estímulo incondicionado.

Um exemplo de como ocorre o processo de habituação dentro de tal perspectiva é o experimento realizado por Watson com o bebê Albert. Essa criança não apresentava resposta emocional de medo quando diante de alguns animais, porém, tinha reações aversivas quando exposto a um som alto. No experimento, Watson apresenta um rato branco para Albert, o qual não manifesta nenhum comportamento de afastamento ou rejeição em relação ao animal. Watson, porém, começou a apresentar, juntamente ao rato, um som alto de uma batida em um objeto metálico, o que aborrecia Albert que passava a ficar inquieto e visivelmente incomodado. Após uma série de pareamentos entre a apresentação do rato e do som, Watson passou a apresentar apenas o rato para Albert que começou a apresentar os mesmos comportamentos de repulsa frente ao rato que manifestava quando exposto ao som. Tal resposta condicionada de medo se generalizou e Albert passou a apresentar esses comportamentos também quando estava diante de qualquer animal ou objeto peludo, como coelhos e algodão (BISACCIONI; CARVALHO NETO, 2010). Neste experimento clássico, é possível ver o processo de habituação do medo pelo pequeno Albert. Sua resposta foi adquirida mediante uma série de pareamentos, construindo uma cadeia de associações e condicionamentos que compõem um repertório comportamental que é o que mais se aproxima da proposta do behaviorismo metodológico a respeito da formação dos hábitos.

Uma complexificação desse pensamento é apresentada por Skinner (1980) com a inserção do conceito de “reforço” e o desenvolvimento da proposta do condicionamento operante. O condicionamento deixa de ser concebido a partir de um pareamento entre estímulos que antecedem ao comportamento (condicionamento respondente) e passa a ser trabalhado por meio dos efeitos do comportamento sobre o mundo que retroagem sobre o próprio organismo/comportamento (condicionamento operante).

Assim, em um processo de condicionamento operante o reforço pode ou não aparecer/ser apresentado depois do comportamento e sua presença é vivida como um efeito deste. Ao se fazer presente, ele aumenta a probabilidade de ocorrência de um

comportamento, ou seja, o reforço positivo aumenta a chance de que o comportamento que o produziu ocorra novamente. Num exemplo apresentado por Skinner (1980), o comportamento de encher um copo d'água e bebê-la quando temos sede é reforçado quando experimentamos situações semelhantes onde temos sede. Já o reforço negativo ocorre aumentando a frequência de um comportamento que elimine um estímulo aversivo. Em outro exemplo de Skinner, o ato de retirar um sapato apertado reforça negativamente, uma vez que aumenta a chance de assim agirmos quando sentimos o aperto de um sapato. Assim, a partir da apresentação repetida de um reforço após um comportamento específico teríamos o aumento da frequência deste comportamento, não dependendo de um estímulo prévio para eliciar o comportamento, mas sim, do reforço que recebe como consequência de sua ação. O hábito, nesse contexto, pode ser pensado como um repertório de comportamentos adquiridos a partir das histórias de reforçamento de um organismo.

Desta forma, o hábito, nas versões do behaviorismo metodológico (Watson) e radical (Skinner), se explicaria pelo pareamento entre estímulos e a aprendizagem resultante no primeiro caso e pelo condicionamento por reforçamento de determinados comportamentos, no segundo. Não caindo no equívoco de afirmar total passividade do organismo diante dos processos de condicionamento, tem-se uma reciprocidade da ação do organismo sobre o ambiente e a resposta que este lhe proporciona a constituição de uma história de contingências do reforço (SKINNER, 1980). O organismo apresentará, então, o mesmo padrão de ação, configurando o hábito, como resposta a determinado estímulo ambiental ou agindo na busca de algo que determinou tal comportamento (o reforço).

A repetição é fundamental para a constituição do hábito. Sendo esta concebida no behaviorismo como repetição mecânica ou, nos termos de Deleuze, repetição do mesmo. Não há, segundo o referencial behaviorista, espaço para pensarmos uma dimensão experiencial durante os processos de condicionamento, seja ele respondente ou operante. O organismo age e sofre as ações do ambiente estando sujeito às contingências de reforço (SKINNER, 1974). Dessa maneira adquire os hábitos e, a partir disso, terá sua gama de comportamentos determinada e moldada. Não há espaço, portanto, para ser pensada a produção de uma experiência pré-individual onde o hábito se localizaria como fundamento do subjetivo, que é a posição assumida por Deleuze.

O papel da repetição envolveria em tese uma repetição de casos iguais, do mesmo comportamento, o que fortaleceria a consolidação de um hábito. Nesta concepção, a repetição irá se configurar como uma repetição do mesmo comportamento. Não há espaço para pensar os processos de diferenciação que advém da relação do sujeito com ele mesmo (contemplação) nas repetições. Não é possível conceber a repetição diferenciada constitutiva do hábito, conforme pensada por Deleuze, Eirado e Maciel e Melo. Dessa maneira, em relação a esta psicologia, ao behaviorismo, a crítica deleuziana e dos autores supracitados faz todo o sentido. Mas, e em relação ao gestaltismo?

O HÁBITO NO GESTALTISMO

O gestaltismo nasce em território alemão, no início do século XX, constituindo-se, assim como o behaviorismo, como um importante sistema psicológico. Inscrito no contexto epistemológico da modernidade, mas ao mesmo tempo preocupado com as especificidades do saber psicológico, propõe-se a estudar a experiência perceptiva do sujeito não treinado, visando os processos psicológicos vividos por uma pessoa comum, diferentemente dos experimentos conduzidos pela psicologia clássica. Esta só procedia a partir de um processo de desaprendizagem da experiência passada do sujeito a fim de se obter os dados da consciência imediata, sem a influência de aprendizagens anteriores. Nas palavras de Moraes: “O conhecimento psicológico não se ergue sobre a negação do ponto de vista do sujeito ingênuo, mas sim tomando-o como um ponto de partida inequívoco, pois, caso contrário, a psicologia desvincula-se da vida” (2010, p. 54). A partir de alguns experimentos, como o do movimento estroboscópico, ou fenômeno phi, defendem que a experiência perceptiva é desde sempre plena de sentido e valor e que percebemos totalidades compostas por relações intrínsecas (estrutura) e não unidades isoladas (sensações). É considerado que essas relações são efeitos da própria atividade perceptiva e não de um saber anterior ou posterior à percepção. Desse modo estabelecem que a menor unidade perceptiva seria a estrutura e não mais as sensações como a psicologia acreditava até então. A partir daí, os pioneiros do gestaltismo da Escola de Berlim, M. Wertheimer, W. Köhler e K. Koffka, conduziram pesquisas e experimentos controlados que permitiram definir leis e princípios da experiência perceptiva. É assim que estabelecem as leis de organização da percepção que são menos leis da percepção e mais

leis que explicam a composição das forças em jogo no campo perceptivo. Isto porque, as leis falam, sobretudo, de como o campo perceptivo se organiza no encontro percipiente-mundo. Destacamos aqui esta diferença, pois ela será parte importante do nosso argumento. Assim, o gestaltismo transforma-se em uma psicologia estrutural ou psicologia da forma. Esta, por sua vez, vai ganhando diferentes interpretações e nuances ao longo do tempo e, principalmente, em função dos interlocutores.

Atento aos movimentos teórico-práticos que vão produzindo diferentes sentidos para o gestaltismo, R. Arnheim propõe em um texto publicado pela primeira vez em 1986 (ARNHEIM, 1992) a existência de duas faces do gestaltismo. Uma delas, a dos pioneiros, isto é, de W. Köhler, M. Wertheimer, K. Koffka, e ele inclui também Kurt Lewin, enfatiza a base dinâmica da teoria que subjaz a proposta estrutural. Isto é, a ideia de que a estrutura é efeito de uma dinâmica de campo. A estrutura não é estática, mas composta por um certo equilíbrio entre seus elementos. A outra face, a de alguns comentadores, como Paul Guillaume, que no processo de assimilação e transmissão da teoria acabaram por simplificar alguns aspectos e neste movimento passaram a negligenciar pontos, a nosso ver, fundamentais. Esses comentadores, em função do seu contexto científico, que envolvia principalmente as discussões com as abordagens elementaristas e associacionistas, acabaram por enfatizar o aspecto estrutural que a teoria comporta, deixando em segundo plano a questão da dinâmica que está na base da experiência perceptiva. Ou seja, conservam a ideia de estrutura esquecendo, ou não considerando como essencial, a definição de que a estrutura não é uma unidade estática, mas envolve sempre a relação dinâmica entre os elementos que estão permanentemente em movimento. Assim, como efeito dessa leitura dos comentadores, pouco a pouco o gestaltismo foi deixando de ser uma teoria sobre a experiência perceptiva que é resultado de processos dinâmicos de campo para converter-se numa teoria da forma em que as leis de organização da percepção ganham destaque como se elas existissem por si. O conceito de campo, responsável por trazer o aspecto dinâmico à percepção, é colocado em segundo plano por esses comentadores.

G. Ferraz e V. Kastrup (2010) em um texto em que procuram refletir sobre a atualidade do gestaltismo no campo da arte, a partir do diálogo com G. Simondon e também com R. Arnheim, vão enfatizar justamente a coexistência entre formas (estruturas) e forças (movimentos) na teoria gestaltista. Neste sentido, procuram explorar

o conceito de campo que os autores gestaltistas tomam emprestado da física. Recuperam o argumento de Simondon que afirma que a grande novidade do gestaltismo é que a totalidade/estrutura é contemporânea aos elementos. Ela não deriva da adição das propriedades dos elementos e também não se impõe aos mesmos. Dessa maneira, segundo Simondon, o todo e as partes estão em constante inter-relação, sendo co-definidos a todo momento (FERRAZ; KASTRUP, 2010). Uma importante contribuição que também é extraída de Simondon refere-se à sua crítica à leitura sobre o gestaltismo que postula a tendência ao equilíbrio estável e à redução de tensões no campo perceptivo. Isso porque, Simondon aponta para a existência de uma realidade metaestável, anterior à produção das formas e pré-individual, que estaria na gênese da experiência perceptiva e que não se extingue com a aquisição de uma “boa forma”, mas sim sustenta o tensionamento constante entre formas e forças. Tal proposta ajuda a lançar novas luzes para uma outra leitura sobre o gestaltismo.

Entender o gestaltismo a partir da teoria do campo permite compreender como se dá a correlação e a *coafetação* entre as partes e o todo. Dito de outra maneira, um elemento num campo segue duas tendências. Ao mesmo tempo sofre a ação do todo ou da estrutura e opera como agente de intervenção no campo. Assim, o campo perceptivo é antes lugar de luta, de tensão permanente entre seus elementos do que de reconhecimento de formas e de estabilidade. As formas percebidas são efeitos de uma certa estabilização das tensões permanentemente atuantes. A análise operada por Ferraz e Kastrup (2010) assim como a realizada por Arnheim (1992) fazem ver uma complexidade na teoria gestaltista que se dá, sobretudo, pela ênfase no seu aspecto dinâmico e de campo que subjaz a ideia de estrutura.

É então pela via da recuperação desta leitura dinâmica e de campo que trataremos novamente sobre o problema do hábito no gestaltismo, indicando assim novas possibilidades para a compreensão psicológica do problema. Seguindo o argumento de Arnheim (1992), foi justamente a dimensão dinâmica que os comentadores foram deixando de lado a favor de uma proposta essencialmente estrutural. Defendemos que a proposta estrutural dissociada da base dinâmica limita a compreensão do problema do hábito, o que traz como consequência afirmações como as de G. Deleuze (2006), Eirado (1998) e Maciel e Melo (2006).

Tratar o problema do hábito no gestaltismo envolve debruçar-nos sobre a articulação percepção-ação. Ao olhar para esta relação a partir de um viés dinâmico ou de campo o problema do hábito se reconfigura, passa a revelar, no seio da concepção psicológica do hábito, uma dimensão criadora e talvez até experiencial, bem diferente do behaviorismo e próxima das formulações de Eirado e Maciel e Melo.

A configuração dinâmica que constitui o campo perceptivo permite compreender que a percepção, na sua dimensão experiencial, é, de direito, sempre vivida como portadora de diferença para o sujeito percebido. Cada percepção é sempre a percepção de algo diferente. Não se trata de capricho ou de subjetivismo. Como o campo perceptivo se constitui a partir de tensões entre os elementos que o constituem e, como o próprio sujeito percipiente não é uma unidade estável, a cada encontro sujeito-mundo uma nova dinâmica se atualizará. Esta concepção se difere da abordagem estrutural do gestaltismo, a qual conceberia o problema da percepção, de forma geral, na aplicação das leis que estruturam o campo perceptivo, que postulam a redução da tensão e da ambiguidade.

Cabe aqui explicar a introdução da noção de sujeito no contexto da teoria gestaltista com ênfase na leitura dinâmica. A teoria de campo permite a compreensão de certa ontologia no gestaltismo. A noção de eu ou de sujeito é pensada enquanto produto dos processos de segregação do campo como efeito do momento em que se opera uma distinção mínima entre o que se pode chamar de eu e de mundo. Como afirma Guillaume (1966, p.98), “O sujeito é uma parte do campo, submetida às leis gerais que regem as relações das partes num todo [...]”. É necessária uma distinção mínima entre organismo e mundo para que haja uma segregação que opere a produção de uma separação de eu e de não-eu, a partir dos diferentes excitantes, internos e externos, que irão operar essa polarização.

A constelação de excitantes provenientes, a todo instante, seja do meio exterior, seja do organismo agindo sobre os diferentes órgãos receptores (visual, auditivo, tátil, cinestésico), determina, no nível cerebral, um processo dinâmico cuja repartição se traduz por essa polarização. Portanto, o eu tem, neste sentido, sua sede cerebral como parte do campo psicofísico, e as relações vividas entre o eu e os objetos têm por base a organização do processo físico de excitação que lhes corresponde. (GUILLAUME, 1966, p. 97)

O nascimento dessa polarização eu-mundo, tão fundamental para a nossa vida, está perdida em nossa história. No entanto, Koffka (1975) encontra um exemplo que nos ajuda a compreender o nascimento da polarização que acaba por operar a distinção eu-

mundo. É o relato da queda de um alpinista que, ao cair, entrou em um estado de inconsciência e de indiferenciação. Quando inconsciente, o alpinista perdeu a segregação mínima entre eu e não-eu. Figura e fundo perderam sua distinção. Vale ressaltar que, para o gestaltismo, sem essa distinção heterogênea mínima não há cognição possível nem conhecimento, pois este é sempre o conhecimento de algo (MORAES, 2013). No retorno progressivo à consciência, o alpinista começaria a perceber algo difuso, uma claridade, por exemplo. Mas aqui ainda não há sujeito percebedor. Algo é percebido e não eu percebo algo. Quando a polarização e a diferença se estabelecem, ocorre uma separação entre coisa percebida e percebedor, voltando à distinção entre eu e não-eu. Citamos:

Lammer caiu no abismo, batendo várias vezes nos paredões da fenda e perdendo os sentidos. Traduzo agora sua descrição tão literalmente quanto possível: ‘... nevoeiro... escuridão... nevoeiro... zumbidos... um véu cinzento com um pequeno ponto mais claro...nevoeiro... tênue aurora... um brando murmúrio... vago desconforto... inércia... nevoeiro... algo aconteceu a alguém... névoa crepuscular... e sempre aquele ponto mais luminoso... um arrepio; algo tentacular... nevoeiro... como foi isto? ... um esforço para pensar... ah ainda o nevoeiro; mas além desse ponto luminoso, ali fora, surge um segundo ponto, aqui dentro: certo, esse sou Eu! ... nevoeiro, um monótono som de campainhas, geada... um sonho? Sim, de fato, um sonho desvairado! Algo teve um sonho... não Eu sonhei. (KOFFKA, 1975, p. 334-335)

Portanto, a posição que o sujeito ocupa dentro da teoria gestaltista é a de que ele também é efeito das dinâmicas do campo, não sendo uma unidade estática. Existe, conseqüentemente, espaço para pensarmos a relação do sujeito consigo mesmo. O sujeito percebe o mundo e percebe a si (experiência).

Cabe compreender também qual é o estatuto da ação dentro do gestaltismo. Diferentemente do behaviorismo, a ação comportamental não opera simplesmente a partir de condicionamento ou reforçamento. Crítica às teses clássicas de que a ação se dá a partir do reflexo, ou seja, de que a ação seria efeito de uma excitação nervosa que percorreria um caminho de nervos até chegar a um músculo efetor. O gestaltismo questiona a existência desses caminhos pré-formados. Em outras palavras, a ação será sempre dirigida pela percepção (entendendo a percepção como um fenômeno de campo) e que surge a fim de possibilitar a adaptação do organismo ao meio. Então, o que se desencadeia como ato é efeito da resolução de uma tensão apresentada no campo perceptivo. Por resolução da tensão entenda-se uma tensão ótima e não o equilíbrio estável. A tensão ótima poderá oscilar caso as relações entre as forças e os elementos do campo se alterem. Voltando à ideia de ação, os movimentos engendrados pelo organismo atuarão no sentido de reduzir

essa tensão e reduzir a energia suscetível de produzir trabalho (GUILLAUME, 1966). Desta maneira, no gestaltismo, diferentemente do behaviorismo, não é possível falar em ação ao acaso. Toda a ação visa à resolução de uma tensão que surge no campo perceptivo. Citamos: “a toda organização da percepção corresponde uma organização da ação que não pode, jamais, ser qualquer, pois tende a resolver certas tensões” (GUILLAUME, 1966, p. 109).

Dizendo de outro modo, os pólos sensório e motor que compõem o hábito constituem um único sistema coordenado. Assim, a ação não é isolada, mas sempre modulada em rede com a percepção e as ações efetuadas anteriormente. Neste sentido, voltando a usar os termos de Deleuze, a ação no gestaltismo envolveria a contemplação. Para esse autor, o hábito se produz a partir da contração e da fusão de casos que se repetem para uma “alma” que contempla tal repetição. Porém, tal “alma contemplativa” não se refere a uma entidade mística ou transcendente, pois refere-se às sínteses passivas que ocorrem a partir da fusão operada na repetição de casos que, do ponto de vista do objeto, continua o mesmo mas que no observador produziu uma diferença.

Aqui precisamos distinguir entre o ponto de vista daquele que experimenta o sistema coordenado percepção-ação e a posição objetivista ou ponto de vista externo. Aquilo que de uma posição objetivista chamamos de repetição de uma mesma situação será ocasião para efetuar reestruturações do campo perceptivo, o que por sua vez redundará em novas tensões que irão gerar ações diferenciadas. Dessa maneira, toda repetição traria como possibilidade a diferenciação. Guillaume (1966) aponta para uma plasticidade da ação, não sendo esta constituída por mecanismos rígidos e mecânicos.

Assim, o hábito no gestaltismo aparece de maneira bastante diferente do behaviorismo. Não é possível falar de cadeia de reações, o que redundaria numa concepção de hábito como repetição mecânica de uma mesma ação (repetição do mesmo). Por tudo o que foi apresentado, o hábito no gestaltismo envolve uma fina coordenação entre uma percepção dinâmica que a cada encontro eu-mundo fará surgir certas tensões e a ação no sentido de resolução das tensões. É a partir disto que traçamos a diferença entre a concepção de hábito como repetição, reprodução de um mesmo ato e a ideia de aquisição de um modo de agir novo. O hábito não se limitará a uma reprodução do que é aprendido, mas será aquilo que permite o aparecimento de algo novo, a abertura para

encontrar novas soluções. Assim, abre-se a possibilidade de compreender o hábito dentro da concepção dinâmica de campo, tal como proposta pelo gestaltismo.

Retomando a questão da experiência e sua relação indissociável com a percepção, e desta com a produção do hábito, é possível pensarmos num processo de habituação em que a dimensão experiencial esteja presente na construção desses hábitos. Diferentemente do behaviorismo, em que se prioriza o aspecto objetivo, do ponto de vista do observador, a respeito do encadeamento comportamental que produz o hábito, o gestaltismo permite enxergá-lo a partir do ponto de vista daquele que percebe, abrangendo, logo, a experiência.

Desta maneira, o hábito pode ser pensado a partir de seu aspecto vivencial e como produtor subjetivo, aproximando-o do campo da experiência, modificando as concepções anteriores da psicologia sobre a ciência e operando uma aproximação entre ciência e vida (MORAES, 2010).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final deste percurso, acreditamos poder afirmar que o gestaltismo permite formular uma outra concepção a respeito dos processos de habituação ao negar o mecanicismo em favor de uma proposta dinâmica (KÖHLER, 1980). Dessa maneira, o problema do hábito na psicologia reencontra-se com a experiência e com a diferença. Retomando a crítica de Deleuze e dos autores citados no início do texto à psicologia, percebemos que tal crítica não contempla a apreensão do problema do hábito tal como concebida pelo gestaltismo. Entendemos que tal crítica aplica-se, sobretudo, à concepção behaviorista a respeito do hábito e da aprendizagem, que, usando as palavras de Deleuze, “observa apenas o que se mexe”.

Como desdobramentos da análise tecida destacamos as consequências para as discussões sobre aprendizagem na psicologia. Dizendo de outro modo, o hábito pensado a partir do gestaltismo permite visualizar outros caminhos para a aprendizagem. Um deles refere-se ao estatuto da repetição. Nem toda a repetição é mecanicista. Conforme vimos, o gestaltismo permite compreender, ao menos conceitualmente, que a repetição pode abrir espaço para a produção da diferença. A repetição torna-se importante na medida em que ela permite que novas reestruturações do campo ocorram, engendrando novas percepções

e novas ações. Logo, é possível compreender que a repetição não é, em si, um mal a ser evitado nos processos de aprender, sendo necessário olhar para como ela se dá.

Sobre o artigo:
Recebido: 22/05/2019
Aceito: 08/11/2019

REFERÊNCIAS

- ARNHEIM, R. Las dos caras de la teoria de la Gestalt. In: **Ensayos para rescatar el arte**. Tradução: Jerónima Garcia Bonafé. Espanha: Catedra Ensayos Arte, p. 208-215, 1992.
- BIZACCIONI, P.; CARVALHO NETO, M. B. Algumas considerações sobre o pequeno Albert. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto, v. 18, n. 2, p. 491-498, 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2010000200022&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 19 set. 2017.
- DELEUZE. **Diferença e repetição**. Rio de Janeiro: Graal, 2006.
- EIRADO, A. O hábito do ponto de vista ontológico e a produção da subjetividade. **Revista do Departamento de Psicologia - UFF**, Niterói, v. 10, n. 1, p. 4-8, 1998.
- FERRAZ, G. C.; KASTRUP, V. A coexistência de formas e forças: a atualidade das contribuições Gestaltistas ao campo da arte. **Psico**, v. 41, n. 4, p. 423-431, out./dez. 2010.
- GUILLAUME, P. O eu e a ação. In: **Psicologia da forma**. Tradução: Irineu de Moura. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966.
- _____. **A formação dos hábitos**. Tradução: Ramiro de Almeida. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.
- KOFFKA, K. **Princípios de psicologia da Gestalt**. São Paulo: Cultrix, 1975.
- KÖHLER, W. A Dinâmica em Oposição à Teoria Mecanicista. In: **Psicologia da Gestalt**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1980, p. 62-80.
- MACIEL JÚNIOR, A.; MELO, D. A. S. A fundação do subjetivo: o hábito para além da psicologia. **Revista do Departamento de Psicologia - UFF**, Niterói, v. 18, n. 2, p. 69-82, jul./dez. 2006.
- MORAES, M. Considerações sobre o gestaltismo: entre a ciência e a filosofia. In: FERREIRA, A.A.L. (Org.). **A pluralidade do campo psicológico**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.
- _____. O gestaltismo e o retorno à experiência psicológica. In: JACÓ-VILELA, A. M.; FERREIRA, A. A. L.; PORTUGAL, F. T. (Orgs.). **História da psicologia: rumos e percursos**. Rio de Janeiro: Nau, 2013.
- SKINNER, B. F. **Sobre o Behaviorismo**. São Paulo: Cultrix, 1974.
- _____. **Contingências do reforço: Uma análise teórica**. (Coleção Os Pensadores). Tradução R. Moreno. São Paulo: Abril Cultural, 1980.